

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Data: 30 de junho de 2026

Horário de Início: 19h19 [01:25]

1. ABERTURA E VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

O Presidente do Conselho, Hugo Nogueira Luz, iniciou a reunião às 19h19, constatando a existência de quórum regimental [01:25]. O Presidente informou que as atas agora vêm sendo otimizadas com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial a partir dos vídeos e solicitou que todos falassem ao microfone de forma clara [00:14].

Conselheiros Presentes Nominados: [01:25]

- **Aparecida Rodrigues Pereira De Souza** (Comissão Local do Chapadão)
- **Maria Cristina Succar Tacla** (Comissão Local do Centro)
- **Vânia Regina Bragato Pereira** (Comissão Local da Independência)
- **Mônica Cristina Montagner** (Conselho Regional de Farmácia)
- **Estela Piza Rossi** (Faculdade Anhanguera)
- **Audrei Fortunato Miquelote** (Fatep)
- **Sabrina Petrini** (Fatep)
- **Hugo Nogueira Luz** (Gestão)
- **Clarice Aparecida Bragantini** (Gestão)
- **Carmen Silvia de Almeida Leite** (APAS)
- **Fernanda Maria Rovai Bado** (APCD)
- **Eduardo Baldassari Rebeis** (APM)
- **Iraci Vítor Honda** (Associação Protetora do Santa Rosa 1)
- **Caroline Monteiro de Almeida Cardoso** (OAB)
- **Andressa Carla Borges Spadoni** (Hospital Regional de Piracicaba)
- **Maria Cláudia Buoro Marques** (Trabalhadores)
- **Maria Elisa Botene Usberti** (Trabalhadores)
- **José Antônio Fernandes Paiva** (Sindicato dos Bancários)
- **Edson Batista dos Santos** (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário)
- **Mariana de Carvalho Pereira** (Comissão Local de Tupi)
- **Célia Antônia Augusto** (Comissão Local do Secap) [05:06]

Justificativas de Ausência: [03:35] Foram registradas e aceitas as justificativas das conselheiras Elisama Cilene Cordeiro Vieira, Maria Carolina Escarbola Rossi, Karina Baron, Vicente Souza Duarte e Graziela de Aquino.

2. EXPEDIENTE E INFORMES

2.1. Questionamentos da Conselheira Vânia Bragato [05:25]

- **Tempo de Consulta e Cardiologia:** Relatou problemas de atraso em consultas cardiológicas na Avenida Independência (atendimento marcado para 14h50, realizado às 16h45). Questionou o agendamento de consultas a cada 5 minutos (com 35 agendamentos diários) em desacordo com orientações do Conselho Federal de Medicina (que sugere 3 a 4 consultas por hora).
- **Médico Clínico no Serviço de Ultrassom:** Questionou a finalidade de se manter um médico clínico geral no prédio onde são realizados os ultrassons apenas para avaliar e reencaminhar exames.
- **Credenciamento do Cismetro:** Questionou se a adesão do município de Piracicaba ao consórcio Cismetro em 2023 passou pelo crivo e aprovação do Conselho Municipal de Saúde.
- **Horário Estendido:** Questionou se as unidades com atendimento em horário estendido haviam sido fechadas.
- **Critério de Faltas:** Indagou sobre as regras regimentais para justificativas de ausências dos conselheiros.

O Presidente leu nota oficial encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde informando que o atendimento noturno estendido, realizado nas unidades Caxambu, Centro, Vila Rezende, Novo Horizonte e Parque Piracicaba, foi suspenso temporariamente. A medida decorre do aumento da demanda por doenças respiratórias neste período, da baixa procura pelos atendimentos no período noturno e do remanejamento de profissionais para as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Ao final, o Presidente Hugo informou que todas as demandas apresentadas pela Conselheira Vânia seriam objeto de ofícios à Secretaria Municipal de Saúde, os quais seriam posteriormente disponibilizados no sistema Sem Papel [19:40].

A Conselheira Mariana questionou como está sendo tratada a questão das faltas de membros titulares e suplentes [20:41]. O Presidente informou que o tema foi incluído na pauta para discussão e que já está sendo proposta alteração no Regimento Interno do Conselho.

A Conselheira Estela relatou ter recebido documentos informando que a empresa **Vidar Gestão Saúde e Serviços Médicos**, prestadora de serviços por meio de credenciamento junto ao Consórcio Cismetro, possui como sócia uma servidora comissionada da Secretaria Municipal de Saúde de Piracicaba [22:15].

O Presidente solicitou que a documentação fosse formalizada para subsidiar o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Saúde, bem como para que o Conselho realizasse a verificação cadastral da empresa junto à Receita Federal [23:47].

A Conselheira Cristina criticou a retirada do cirurgião-dentista das unidades básicas [24:49].

A Conselheira Fernanda esclareceu que o atendimento odontológico no horário estendido ocorreu apenas na UBS Balbo, em razão da reforma da UBS Sônia, tratando-se de uma medida temporária. Informou ainda que, a partir do dia seguinte, uma cirurgiã-dentista com carga horária de 40 horas semanais passaria a atender na unidade Grand Park/Vida Nova [26:44].

Na sequência, a Conselheira Carmen apontou falhas na divulgação dos serviços que permaneceram em funcionamento e defendeu maior diálogo com a comunidade para

82 assegurar que a população tenha conhecimento das alterações realizadas e dos locais
83 de atendimento disponíveis [28:28].

84 O Presidente informou que, conforme deliberado na reunião anterior, será realizado o
85 acompanhamento das respostas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde,
86 relacionadas ao monitoramento dos especialistas e às questões envolvendo o inquérito
87 e o laboratório. Informou ainda que a documentação será encaminhada à Comissão de
88 Fiscalização para análise, bem como disponibilizada aos demais conselheiros, visando
89 subsidiar futuras discussões e questionamentos nas próximas reuniões. [29:33].

90 O Presidente informou o recebimento de ofício do Ministério Público (datado de 10 de
91 junho) cobrando esclarecimentos do Conselho sobre as providências de fiscalização
92 adotadas quanto ao descumprimento de decisão judicial para fornecimento de OPME
93 (órteses, próteses e materiais especiais – no caso, uma cadeira de rodas adaptadas) a
94 uma paciente [31:20]. Ficou deliberado que o Conselho responderá ao MP esclarecendo
95 que esta política pública de compra de OPMEs específicas não foi pautada ou deliberada
96 recentemente por este colegiado, e solicitará à Secretaria de Saúde esclarecimentos
97 imediatos sobre o andamento e atrasos do respectivo processo licitatório. O Presidente
98 destacou a importância de discutir o tema no âmbito do Conselho, a fim de deliberar
99 quais medidas poderão ser adotadas, tanto em resposta ao questionamento do Ministério
100 Público quanto em relação ao acompanhamento da política pública de fornecimento
101 desses equipamentos.

102 O Conselheiro Paiva manifestou-se informando que, embora não possua conhecimento
103 jurídico específico, entende que decisões judiciais devem ser cumpridas. Relatou ainda
104 não ter conhecimento de deliberação anterior do Conselho Municipal de Saúde referente
105 especificamente à política de aquisição e fornecimento de equipamentos dessa natureza.

106 O Conselheiro Paiva sugeriu que o Conselho informe ao Ministério Público que não
107 possui registro de deliberação sobre o tema, podendo solicitar esclarecimentos à
108 Secretaria Municipal de Saúde quanto aos procedimentos adotados, considerando que
109 o processo de aquisição de equipamentos públicos envolve trâmites administrativos
110 específicos.

111 O Presidente concordou com a manifestação apresentada e destacou a necessidade de
112 avaliar a melhor forma de resposta institucional do Conselho.

113 A Conselheira Mariana ressaltou que o assunto possui interface com a Assistência Social
114 e sugeriu a busca de informações junto à referida área, visando complementar os
115 esclarecimentos necessários.

116 A Conselheira Elisa sugeriu que seja mantido o entendimento apresentado pelo
117 Conselheiro Paiva e pelo Presidente Hugo quanto ao encaminhamento da manifestação
118 ao Ministério Público.

119 O Conselheiro Eduardo se manifesta questionando se é possível a reutilização de
120 órteses que não seriam mais utilizadas pelos pacientes, tendo sido respondido que esses
121 equipamentos geralmente são feitos sob medida. [42:39].

122 O Presidente informou que a Secretaria-Executiva recebeu dois ofícios para
123 conhecimento do Conselho. O primeiro, encaminhado pela Comissão Local de Saúde do
124 Chapadão II, solicita a realização de reformas na unidade de saúde. O segundo,
125 encaminhado pela Comissão Local de Saúde do Parque Piracicaba, trata de questões
126 relacionadas à estrutura da unidade. Informou, ainda, que ambos os ofícios foram
127 encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde para análise e adoção das providências
128 cabíveis.

Foi lido na íntegra o ofício enviado pela vereadora Raimunda Ferreira de Almeida (Rai), solicitando que o Conselho Municipal de Saúde requiera ao Executivo “estudos operacionais, financeiros e custos comparativos que embasaram o progressivo esvaziamento e terceirização de exames do Laboratório Municipal para o consórcio Cismetro” [44:20]. O plenário aprovou o recebimento oficial e o encaminhamento das perguntas ao Executivo para que emita parecer formal [48:39].

INFORMES GERAIS DA GESTÃO

- O Presidente agradeceu a presença de todos na etapa municipal da Conferência Nacional de Saúde realizada no dia 20 de junho, classificando o evento como altamente expressivo e construtivo [49:15].
- Informou sobre a ampliação de equipes e leitos de retaguarda nas UPAs devido à sazonalidade respiratória [50:15] e a mudança física das três estruturas de almoxarifado (localizadas no bairro Pauliceia) para uma sede unificada no Taquaral (antigo Biotério) [51:12].
- A Conselheira Elisa informou a adesão do município ao programa *Mais Médicos Especialistas* do Governo Federal, que trará 45 vagas de médicos residentes para a Santa Casa de Piracicaba e 30 para o Hospital dos Fornecedoros de Cana (HFC), sem ônus para o município [52:51].
- A Conselheira Maria Claudia Buoro Marques anunciou a conclusão da reforma e retorno do atendimento da USF Kobayat Líbano ao seu prédio original ao lado do CRAS, restabelecendo inclusive a sala de vacinas [55:07].
- A Conselheira Fernanda Maria Rovai Bado informou que já solicitou vaga para cobertura temporária de licença-maternidade da Dra. Liziane (Odontologia), prevista para o fim de agosto [56:52].
- Agradecimento aos conselheiros que participaram do treinamento do sistema informatizado *Sem Papel* e apelo para que todos acessem a plataforma para assinar atas digitalmente, colocando a equipe de apoio técnico à disposição para acessar o sistema [58:50].

3. ORDEM DO DIA

Foi dispensada a leitura das atas anteriores que já haviam sido enviadas ao grupo. Foram colocadas em votação e **aprovadas por unanimidade** as seguintes atas: [01:01:45]

- Reunião Ordinária de 31 de março de 2026
- Reunião Ordinária de 28 de abril de 2026
- Reunião Ordinária de 26 de maio de 2026
- Reunião Extraordinária de 14 de abril de 2026
- Reunião Extraordinária de 12 de maio de 2026

Duas alterações propostas pela Mesa Diretora foram colocadas em votação:

- **Item 1:** Proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, contemplando: inclusão de dispositivo para que a presença do conselheiro titular não gere falta ao respectivo suplente;

Após discussão, o Presidente colocou em votação, sendo a matéria aprovada por todos os presentes.

- **Item 2:** Reestruturação da pauta das reuniões ordinárias; e criação de um período de 15 (quinze) minutos, no início das reuniões ordinárias (das 19h00 às 19h15), destinado à manifestação de até 3 (três) Comissões Locais de Saúde previamente inscritas, independentemente da existência de quórum. Após discussão, as alterações foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes.

- **Item 3:** Plano de Trabalho de Fortalecimento dos Conselhos Locais (Edital do Ministério da Saúde) [01:12:17]

Apresentação do Plano de Trabalho para o edital de incentivo financeiro de até R\$ 100 mil. O conselho formatou uma proposta de R\$ 84 mil para um cronograma de execução de 18 meses (coincidindo com o término do atual mandato), dividida entre os quatro eixos obrigatórios do Ministério da Saúde (articulação normativa e fortalecimento institucional (R\$ 9 mil), comunicação social, transparência e mobilização comunitária (R\$ 28 mil), processo eleitoral democrático representativo (R\$ 12 mil) e formação e capacitação por controle social (R\$ 25 mil). [01:12:59]. A Conselheira Fernanda Rovai Bado foi designada coordenadora principal e o Presidente Hugo Nogueira Luz coordenador adjunto [01:14:36]. A conselheira Aparecida fala sobre a priorização de mídias visuais impressas na comunicação em detrimento das digitais na adesão do edital. Cita vídeo, celular, whatsapp, aplicativos públicos, rádio, carro da pamonha (sugestão dada na 18ª Conferência. Pergunta se com essa proposta, a seu ver, simples, teremos condições de ser contemplados, pois a proposta será avaliada por eixo e receberá nota. Também questiona sobre o espaço físico destinado para o CLS, que não foi descrito no corpo do projeto. O Presidente esclareceu que a opção decorre da facilidade operacional e que os braços de comunicação da Prefeitura (como a Rádio Educativa) serão usados de forma complementar e sem custo [01:19:13]. O plano foi colocado em votação e **aprovado por unanimidade** [01:23:56].

- **Item 4:** Registro de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) [01:24:37]

Debate sobre o pedido de registro no Conselho Municipal de Saúde feito por duas ILPIs que não possuem CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), documento obrigatório segundo a Resolução nº 7 do CMS [01:25:34]. Durante a discussão, o Conselheiro Paiva destacou que o Conselho deve observar rigorosamente a legislação vigente, ressaltando que não é possível deliberar em desacordo com as normas legais, uma vez que existe exigência e previsão normativa sobre a matéria. Na sequência, com contribuição jurídica da Conselheira Caroline (OAB) e apontamentos das Conselheiras Clarice Bragantini e Maria Cláudia, ficou entendido que o Conselho Municipal de Saúde não possui competência legal para licenciar ou registrar Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), cuja natureza principal é residencial e socioassistencial, estando vinculadas aos Conselhos do Idoso e de Assistência Social. A Conselheira Cristina sugeriu a realização de um estudo mais aprofundado sobre a matéria, considerando que outras entidades também buscam registro junto ao Conselho Municipal de Saúde sem possuírem cadastro no CNES. Destacou a necessidade de definir os fundamentos que justificam tais solicitações, bem como compreender as exigências legais aplicáveis a cada caso, a fim de subsidiar futuras deliberações. Diante disso, o plenário decidiu, por unanimidade, rejeitar o registro dessas entidades em observância à resolução vigente e encaminhar ofício solicitando que apresentem a fundamentação legal que exige o registro junto ao Conselho Municipal de Saúde [01:43:06].



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Criado pela Lei Municipal 3.305 de 02.07.1991 e L.C. 221 de 18.08.2008

Projeto "QUEM USA, CUIDA"

- 219 • Item 5: Foi constituído o grupo de trabalho para conduzir os estudos de revisão
220 do regimento interno, composto pelos seguintes conselheiros: Sabrina Alves
221 Petrini, Aparecida Rodrigues Pereira de Souza, Vânia Regina Bragato Pereira,
222 Maria Cristina Succar Tacla, Caroline Monteiro de Almeida Cardoso, Iraci Vitor
223 Honda, Hugo Nogueira Luz e Célia Antônia Augusto. [01:44:56]. A composição foi
224 aprovada [01:45:59].
- 225 Sem mais pautas para o dia, o Presidente Hugo Nogueira Luz agradeceu a presença de
226 todos e declarou encerrada a reunião ordinária por às 21h05 [01:46:29].
227 A presente Ata segue assinada pelos membros presentes.